

A ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO ATRAVÉS DO PROJETO DE LEI ESCOLA SEM PARTIDO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Karolayne Araújo Coelho ¹

Mariana Amâncio de Sousa Moraes ²

Alexandra Maria de Oliveira ³

RESUMO

É sabido que o Brasil tem vivenciado uma onda de conservadorismo nos últimos anos. As consequências desse fenômeno em ascensão perpassam diversos setores da sociedade e, dentre eles, o que acarreta em mudanças mais significativas no cotidiano do brasileiro é o cenário político. Sabendo disso, uma preocupação recorrente dentro do meio acadêmico, em especial nos cursos de licenciatura, é com as influências do governo no espaço escolar, uma vez que o Estado tem ligação direta com a regência interna desses espaços, principalmente quando se trata de escolas públicas. Diante dessa realidade, esse trabalho tem como propósito discutir as problemáticas e fundamentações acarretadas pelo Projeto de Lei (PL) e Movimento Escola Sem Partido (MESP), compreendendo as consequências do mesmo no âmbito escolar, especificamente, no ensino de Geografia. Para isso, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico sobre o PL e o Movimento, além de entrevistar professores da rede de ensino básico, visto que estes vivenciam diariamente a real influência de projetos deste gênero dentro da sala de aula. A partir disso, foi possível observar que o Escola Sem Partido é um movimento de cunho conservador e que coloca em risco a liberdade de expressão dos professores em sala, comprometendo, assim, o aprendizado dos discentes que não terão ambientes de debate e acesso a opiniões diferentes.

Palavras-chave: Escola Sem Partido, Ensino de Geografia, Conservadorismo.

INTRODUÇÃO

O cenário político brasileiro vem sendo palco de discussões cada vez mais assíduas no que se refere às políticas sociais, sendo a década presente o período em que tais debates tomaram proporções mais significativas. Porém, também voltam à tona discursos que retratam velhas ideias, como, por exemplo, interpretações de que os Direitos Humanos são uma forma de proteção de pessoas à margem da lei. Juntamente com essa ideia, volta também o chamado “anticomunismo”, ligado ao fundamentalismo religioso. No caso brasileiro, esse discurso é reforçado pela ideologia ultraliberal libertária, cuja influência se dá na Escola Austríaca. Para compreender como tais ideologias ganharam força no Brasil é preciso buscar suas origens. A partir dos anos 1990, o fundamentalismo religioso cresce no Brasil com a eleição de pastores

¹ Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, karolayneacoelho@gmail.com;

² Graduada do Curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, mariana.amancio2901@gmail.com;

³ Professor orientador: Associada do Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará - UFC, alexandra.oliveira@ufc.br.

oriundos do investimento de igrejas neopentecostais em prol de representatividade na política brasileira. Os parlamentares fundamentalistas encontram apoio em aliados conservadores que compactuam com seus ideais, como políticas que criminalizam o direito ao aborto, que negam direitos que buscam combater a homofobia e apoiam o armamento.

O “anticomunismo” voltou a ganhar adeptos no Brasil, eventos como as políticas empregadas na Venezuela durante o mandato de Hugo Chávez e o Foro de São Paulo foram usados como propulsores para a volta dessa ultrapassada interpretação. Com a venda desse discurso e cada vez mais pessoas comprando sua ideia, esse foi ganhando espaço nos debates e suas teorias conspiratórias só podiam chegar a um lugar onde, segundo seus adeptos, eram disseminados os ideais comunistas que ameaçavam a sociedade, na escola. Esse movimento acusava as escolas de “doutrinação comunista” e visava medidas para impor controle da liberdade de expressão de professores em sala de aula, como o movimento sobre o qual estamos responsáveis por discursar, o Movimento Escola Sem Partido (MESP). Este, tem como principal argumento o fim do discurso político ideológico nas escolas em todos os níveis, do básico ao superior e foi fundado pelo advogado Miguel Nagib, em 2004. Com o impeachment ocorrido em 2016, essa proposta ganhou mais adeptos.

Dessa forma, essa pesquisa teve como objetivo analisar a influência do PL Escola Sem Partido no ensino de Geografia. Para isso, foi necessária a realização de uma pesquisa bibliográfica para a compreensão do contexto da criação desse PL, além de uma base teórica para a elaboração das perguntas feitas nas entrevistas. Foram realizadas entrevistas com alguns professores de Geografia da rede básica de ensino, o que nos proporcionou uma visão mais ampla acerca da importância da discussão de projetos de leis, leis e currículos pelos próprios professores, aqueles que serão principalmente atingidos pelas consequências. Os professores demonstraram preocupação com a clara censura que seria ocasionada caso esse Projeto fosse aceito e ressaltaram que os professores de Geografia, principalmente, seriam muito afetados.

METODOLOGIA

A metodologia do referente trabalho possui uma abordagem qualitativa, de modo a analisar o Projeto de Lei e o Movimento Escola Sem Partido e suas influências no ensino de Geografia. A iniciativa de discutir o Projeto e suas consequências surge a partir da aproximação com a escola, visto que, o estabelecimento de um vínculo com o espaço escolar

é de suma importância durante a formação docente, principalmente para compreender os fatores que compõem e influenciam o mesmo.

Inicialmente, buscou-se compreender através de uma pesquisa bibliográfica o contexto político de criação, atuação e as principais consequências provenientes da criação do Projeto. Para embasar a discussão, julgou-se necessário dialogar com profissionais docentes, uma vez que estes vivenciam diariamente a realidade escolar e, conseqüentemente, as influências do Projeto de Lei aqui discutido. Para isso, foram realizadas entrevistas com professores da rede básica de ensino, em busca de compreender que problemáticas são predominantes no ambiente escolar após a criação do Projeto.

Foi questionado aos docentes sobre a opinião dos mesmos sobre o Projeto, além do que, na visão deles, mudou após a criação do PL. O critério de escolha dos professores entrevistados foi o tempo em que os mesmos lecionam, uma vez que o intuito foi analisar desde o âmbito escolar desde antes da criação do Movimento Escola Sem Partido, compreendendo, assim, sua real influência. Com isso, foi possível observar no discurso dos docentes as mudanças apontadas, enquanto comparação do antes e depois do surgimento dessas discussões.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Santomé (1995, p. 159), uma das finalidades das intervenções curriculares é a preparação dos discentes para serem cidadãos críticos e ativos, "membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática". Desse modo, como o próprio autor ressalta, é necessário que os conteúdos, avaliações, experiências em sala de aula de ensino aprendizagem, etc., promovam a construção de habilidades e valores necessários a bons cidadãos.

Isso se faz imprescindível em toda a educação, porém, ganha papel central no ensino da ciência geográfica. Isso porque, segundo Cavalcanti (2010), a geografia escolar tem como finalidade auxiliar os alunos na compreensão das interações, relações e práticas sociais cotidianas – já que essas têm caráter espacial –, de modo que se torna inviável o ensino da Geografia sem a abordagem de determinados aspectos dessas interações. Portanto, tem-se a impossibilidade de um ensino geográfico neutro. É importante lembrar também que Freire (1997) destaca que a defesa desse ensino defendido da natureza política e tecnicamente tratado – como visto no Movimento Escola Sem Partido (MESP) – nada mais é do que a tentativa de manutenção do *status quo*.

Dessa forma, movimentos como o Escola Sem Partido são preocupantes. Isso porque, dentre outros pontos, defende (RAMOS & SANTORO, 2017, p. 143) que a educação moral e religiosa deve seguir a dos pais/responsáveis pelos alunos, a proibição da abordagem em sala de assuntos relacionados à gênero, "proibição para o professor de emitir sua opinião e convicções dentro da sala de aula; [...] proibição de incentivar os alunos na participação da vida política e de tratar dos problemas atuais, como passeatas, protestos [...]".

O docente, portanto, torna-se vítima de uma grave censura em seu próprio ambiente de trabalho. Isso ocorre pois, segundo Miguel Nagib, um dos idealizadores do Movimento Escola Sem Partido (MESP) "o professor não tem o direito de exercer sua liberdade de expressão em sala de aula, pois, se assim o fizer, o aluno não terá direito de consciência e de crença, pois o aluno é uma audiência cativa do professor" (NAGIB, 2016 *apud* RAMOS & SANTORO, 2017, p. 142). Esse discurso transforma os discentes em figuras totalmente passivas no processo de ensino e aprendizagem, desconsiderando o fato de que são com debates e convivência com opiniões contrárias às próprias que os alunos se tornarão cidadãos críticos, reflexivos e aprenderão a conviver com as diferenças. Enquanto isso, os professores, além de já sofrerem com a proletarização e desvalorização da profissão, horas exacerbadas de trabalho e salários reduzidos, como Pontushcka (2006) ressalta, serão amordaçados em sala, correndo o risco de precisarem pagar multas pelo crime chamado de assédio ideológico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de 2014, segundo Miguel (2016), foram apresentados Projetos de Lei (PL) no Congresso Nacional e nas esferas estaduais, que têm por objetivo combater a "doutrinação ideológica" nas instituições de ensino básico à superior. Essas propostas são baseadas no movimento conservador Escola Sem Partido (ESP), apresentado como forma de combate à uma mentalidade progressista, buscando valorizar princípios religiosos de grupos específicos e contrariar o "marxismo ideológico" e a chamada "normalização do comportamento homossexual", contestando reflexões de questões de gênero.

Através de discursos abertos de fundamentalistas religiosos, o ESP ganha visibilidade e se torna alvo de discussões públicas, provocando adesão de grupos que apreciam a moralidade religiosa e que associam à reflexão crítica de ensino, formadora de cidadãos conscientes e pensantes, a "doutrinação ideológica", que distorce os fatos e afugenta a sociedade da orientação bíblica. Essa corrente de pensamento produz projetos que buscam alterar a Base Nacional Comum Curricular (MACEDO, 2017), com o objetivo de impor seu

direcionamento ideológico manifestado falsamente como neutro, como ressaltam Reis; Campos & Flores (2016). A organização Escola Sem Partido é na verdade a “Escola do Partido Conservador”. Afinal, depende de instituições - por exemplo, partidos políticos e/ou igrejas - que trazem incutidas ideologias.

Esses projetos influenciam diretamente no ensino e na formação dos professores (NICOLAZZI, 2016), pois defendem que os educadores não devem discutir sobre temas que possam contrariar convicções morais e religiosas de pais e responsáveis pelos discentes. Entram nesse rol de temáticas desde as questões de gênero, até as coisas mais absurdas, como, por exemplo, as origens da humanidade e a teoria do evolucionismo. O docente se veria, então, restringido no seu próprio ambiente de trabalho, sem a liberdade para o diálogo com os alunos e o auxílio na construção de conhecimentos. E ainda existe a sugestão de que esses professores recebam pena de prisão pelo crime de “assédio ideológico” – como Nicolazzi (2016) ressaltava, em nenhum momento ficam totalmente esclarecidos os limites para esse tipo de crime, deixando em aberto para que os pais denunciem os professores por tratarem em sala sobre qualquer coisa que eles, particularmente, não concordem.

Para o melhor entendimento das problemáticas do Escola Sem Partido, apresentamos alguns trechos dos objetivos de aprendizagem e ensino desse movimento, intencionalmente atacando a educação progressista, disponibilizados em <http://escolasempartido.org>:

1. Discurso de combate à "doutrinação" ideológica de esquerda:

Não podemos ser ingênuos. Há um pensamento hegemônico da esquerda nas universidades e foram essas pessoas que majoritariamente construíram esse documento. (p.11)

É possível inferir a hegemonia da epistemologia marxista e do método crítico-cultural não somente na parte das ciências humanas, mas até mesmo nas chamadas ciências duras, até na matemática, em química, em física, em biologia. Quais as intenções políticas e as consequências para o nosso futuro democrático como resultado dessa escolha? (p. 12).

2. Crítica a introdução de temas fundamentais para a educação brasileira:

O último desabamento foi provocado pela proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dias atrás, o historiador Marco Antonio Villa demonstrou, em artigo publicado no jornal O Globo, que, se a proposta do MEC for aprovada, os estudantes brasileiros que quiserem aprender alguma coisa sobre o antigo Egito, a Mesopotâmia e a Grécia; o Império Romano e o nascimento do cristianismo; a Idade Média, o Renascimento, a Revolução Industrial e até mesmo a Revolução Francesa serão obrigados a se virar por conta própria. Na sala de aula, terão de estudar os mundos ameríndios, africanos e afrobrasileiros; interpretar os movimentos sociais

negros e quilombolas; valorizar e promover o respeito às culturas africanas e afro-americanas. É um assombro. (p. 13).

3. A ideologia de gênero segundo o ESP:

Menos comentada, mas não menos importante, é a presença da famigerada ideologia de gênero. Como já se adivinhava, a perspectiva de gênero — cuja inclusão, nos planos de educação, foi rejeitada de maneira veemente pela quase totalidade das nossas casas legislativas — atravessa toda a proposta do MEC. (p. 14).

Escolas de SP acabam com “O Dia das Mães” e instituem o “Dia dos Cuidadores”. Viva o fim da família [...]! (p. 15)

A Geografia como ciência desenvolvida a partir da leitura de espaço, precisa evidenciar os sujeitos e relações presentes nele, se constituindo então, como ciência crítica, capaz de elucidar acerca das contradições e desigualdades espaciais. Seu papel é opositor às propostas do PL ESP. O professor de Geografia deve ser essencialmente um formador de opinião crítica, reforçador de reflexões dos processos que constituem nossa sociedade e militante político, contrariando a onda conservadora que tem ganhado espaço com a infeliz regressão de direitos e propostas de ensino progressistas.

Dessa forma, a própria ciência geográfica impossibilita que se chegue minimamente perto de alcançar a “neutralidade” defendida. Como poderão os docentes tratar de assuntos como população, por exemplo, sem falar das problemáticas enfrentadas influenciadas pelas condições de gênero e raciais, quando alguns pais defendem que falar sobre os problemas sofridos pelas mulheres são dramas e que não existe racismo?

Com a atuação do PL ESP, os professores estariam, então, restritos a ensinarem apenas o que é interesse de um grupo. Apesar de o projeto afirmar ser contra a disseminação de qualquer ideologia, na prática, só seriam reprimidos os pensamentos de ideologias minoritárias, como, por exemplo, as religiões de matrizes afrodescendentes. O que só reforçaria as ondas de preconceito e intolerância que vem demonstrando cada vez mais força.

Cabe ressaltar que o Escola Sem Partido se mostra como um grande impasse no processo de formação de professores, pois dentro da universidade vê-se a importância do estabelecimento de diálogos críticos, que permitam uma formação embasada em diversos autores que lutem em prol de melhorias da educação. Portanto, cabe a nós, enquanto docentes em formação, analisar tais documentos de maneira crítica, impondo-nos e mostrando o quão pode ser prejudicial a aprovação de projetos como o PL ESP.

Todas essas problemáticas foram também mencionadas pelos professores entrevistados. Esses demonstraram grande preocupação com o futuro da educação, especialmente em relação ao ensino de Geografia, por ser uma disciplina que será atingida diretamente. Como mencionado pelo Professor 1, como poderá realizar sua profissão normalmente, tendo sempre que se policiar para não tratar de determinados aspectos e nem dar sua opinião ou correndo o risco de ser punido?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos conservadores vêm ganhando espaço ao redor do mundo e, dentro do Brasil, não seria diferente. O Escola Sem Partido obteve bastante visibilidade em nosso país, principalmente, após o *impeachment* em 2016, embora o projeto seja mais antigo. Desafiando os interesses e objetivos de uma educação compromissada, formadora de cidadãos críticos capazes de transformar a sua realidade e projetar seus futuros.

Entende-se que o projeto criado pelo sob o pretexto de imparcialidade visa suprimir o pensamento crítico dos profissionais da educação, uma vez que busca limitar o docente a uma série de regras e condutas a serem traçadas dentro das dependências escolares. Os professores de ciências humanas e, falando aqui especialmente dos de Geografia, seriam negativamente afetados e oprimidos, caso este Projeto de Lei realmente venha a ser aprovado. Pois sabe-se que, para tratar de diversas temáticas de cunho geográfico, é necessário tratar de assuntos morais e éticos, independente da religião que os orienta. O debate a respeito do tema é aceitável dentro dos meios democráticos escolares, contudo, a neutralidade inserida dentro do ESP visa sucumbir pensamentos bem específicos, que se posicionam às ideias progressistas, contrariando os interesses de uma formação conservadora.

Portanto, podemos destacar, positivamente, que essa pesquisa possibilita uma reflexão não só sobre o PL e o MESP, suas problemáticas e as fundamentações para o projeto como um todo, mas ainda sobre a atuação do profissional docente, compreendendo os fatores que podem interferir na sua atuação em sala de aula, sendo esclarecida, ainda, a importância de estar ciente da influência que tais projetos podem ter na educação como um todo. Promoveu-se, em um contexto geral, o aprofundamento sobre o tema abordado, permitindo que desenvolvêssemos uma visão crítica sobre o tema que, volta e meia, é protagonizado por pessoas que não entendem e não são do meio educacional e acabam muitas vezes reforçando ideais errôneos.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. Concepções teórico-metodológicas da Geografia escolar no mundo contemporâneo e abordagens no ensino. *In: SANTOS, Lucíola et al. (org.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 368-391.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <<http://escolasempartido.org>>. Acesso em: 24 maio 2019.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educ. Soc. Campinas (Online)**, v. 38, n. 139, abr./jun. 2017, p. 507-524. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Praxis**. Rio de Janeiro (Online), v. 7, n. 5, 2016, p. 590-621. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/25163/18213>>. Acesso em: 12 maio 2019.

NICOLAZZI, Fernando. Qual o partido da escola sem partido?. **Revista do Lhiste**. Porto Alegre (Online), v. 3, n. 5, jul./dez. 2016, p. 82-85. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/79154>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A formação geográfica e pedagógica do professor. *In: SILVA, J.B.; LIMA, L.C.; DANTAS, E.W. (org.). Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 269-279.

RAMOS, Moacyr Salles; SANTORO, Ana Cecília dos Santos. Pensamento freireano em tempos de Escola Sem Partido. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 140-158. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/44076/23211>>. Acesso em: 01 set. 2019.

REIS, Graça Regina Franco da Silva; CAMPOS, Marina Santos Nunes de; FLORES, Renata Lucia Baptista. CURRÍCULO EM TEMPOS DE ESCOLA SEM PARTIDO: hegemonia disfarçada de neutralidade. **Espaço do Currículo**. João Pessoa (Online), v. 9, n. 2, maio/ago. 2016, p. 200-214. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.v9i2.29995/16103>>. Acesso em: 13 maio 2019.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. *In: SILVA, Tomas Tadeu da et al. (org.). Alienígenas na sala de aula – Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-177.